

CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA NO NORDESTE

Pedro Carlos Gama da Silva

Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada, pesquisador da Embrapa Semiárido, Petrolina, PE.
pedro.gama@embrapa.br

Introdução

A história econômica do Nordeste foi profundamente marcada pela agricultura. Uma breve leitura sobre a história do espaço social e produtivo da sociedade nordestina evidencia que a região foi povoada, no período colonial, com a exploração da cana-de-açúcar na faixa litorânea. A ocupação das áreas interioranas foi realizada em função da atividade pecuária, a partir das necessidades de abastecimento de animais, de trabalho e de carne para a área produtora de açúcar, que comandava a economia do País no período colonial.

Nos fins do século 18 e durante o século 19, a agricultura passa por um rápido desenvolvimento no Nordeste com o surto do algodoeiro. Essa atividade agrícola permitiu a diversificação da atividade econômica e vários rincões nordestinos tiveram um período de prosperidade. Sempre associada à pecuária, a cultura do algodoeiro desenvolveu-se numa vasta área do Sertão nordestino, proporcionando grandes modificações no quadro agrário, com a formação do complexo gado-algodão e suas combinações com as culturas alimentares.

O processo de urbanização impulsionado pela mercantilização dos produtos agrícolas, a partir da segunda metade do século 19, e a industrialização do País protagonizada pela região Sudeste, no século seguinte, iniciam um processo de mudança na dinâmica da economia nacional. As disparidades dos níveis de renda e de crescimento entre as regiões decorrentes da nova conjuntura aprofundaram as desigualdades regionais, e o ambiente econômico do Nordeste, durante várias décadas, vivenciou um lento crescimento.

A partir do final da primeira metade do século 20, um aparato institucional foi montado para apoiar a economia e planejar o desenvolvimento da região. Com criação da Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) - depois Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) -, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), entre outras instituições, a realidade da região e a sua estrutura produtiva começaram a mudar. Mas, é a partir dos anos 1970 que ocorre uma forte vinculação do crescimento da região às determinações e necessidades mais gerais da expansão capitalista em âmbito nacional, definindo um novo modelo de crescimento e de desenvolvimento da região. As consequências dessa integração à economia nacional foram as mais diversas e complexas.

O processo de industrialização incentivado pela Sudene favoreceu o aparecimento e a expansão de numerosas atividades e imprimiu um forte dinamismo à economia nordestina. Projetam-se diversos polos industriais e de serviços (petroquímicos, minero-metalúrgico, metalomecânicos, têxteis e de confecção, turísticos e tecnológicos) e áreas modernas de agricultura em diversos estados. Embalados no processo de modernização da agricultura brasileira, com apoio dos financiamentos e incentivos proporcionados pelo Estado, diversos segmentos da agropecuária com alto padrão tecnológico tomam impulso, entre os quais os polos de agricultura irrigada, as áreas de agricultura de grãos dos Cerrados, as áreas de pecuária intensiva e as bacias de produção leiteira espalhadas em todo o Nordeste.

Agricultura no novo padrão de crescimento regional nordestino

Nos últimos 40 anos, setores tradicionais e novos segmentos do agronegócio vêm apresentando dinamismo com boa inserção nos mercados nacional e internacional. O algodão, depois de um longo período de crise, torna-se, novamente, uma cultura de expressão no Nordeste, expandindo-se pelos Cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão, devolvendo à região a condição de segunda maior produtora de algodão do País. O Estado de Sergipe figura como o segundo maior produtor de laranja.

As áreas tradicionais de cultivo da cana-de-açúcar passam por um processo de reestruturação e aperfeiçoamento da sua matriz produtiva, com a modernização do setor sucroalcooleiro. A valorização internacional das commodities impulsionou as vendas externas dos produtos da pauta tradicional de exportação, tais como cacau, fumo, açúcar, entre outros, e ampliou a participação de produtos dos novos setores agrícolas do Nordeste, entre os quais se destacam: frutas tropicais, uva e soja. Esta última superando, em área cultivada, a tradicional cana-de-açúcar.

No Semiárido nordestino, a crise do algodão, a partir dos anos 1980, de um lado, provocou o desmantelamento do complexo gado-algodão-culturas de subsistência e contribuiu para pressão demográfica, migrações e elevação dos níveis de pobreza da população na região. Por outro lado, favoreceu o processo de reestruturação produtiva em diversas áreas do interior nordestino, inclusive com o fortalecimento dos arranjos produtivos tradicionais em torno dos derivados da produção pecuária (queijo, carne de sol, entre outros) e valorização da biodiversidade (frutas nativas e mel). Vários arranjos produtivos foram estruturados em torno das atividades agropecuárias, com destaque para cajucultura, bovinocultura leiteira, caprino-ovinocultura e agricultura irrigada. A última concentrada em vários subespaços do Semiárido favorecidos pela rede de infraestrutura hídrica.

Empreendimentos com plantios comerciais de frutas foram implantados nos polos de agricultura irrigada espalhados pelo Semiárido, entre os quais se sobressaem o de Petrolina/Juazeiro, nos estados de Pernambuco e Bahia, e do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, pelo alto padrão tecnológico de produção e forte inserção no mercado internacional. A fruticultura é relevante por se tratar de uma atividade que envolve um número significativo de pequenos empreendimentos, seja pela participação de um grande contingente de pequenos produtores, seja pelo expressivo número de ocupações geradas na dinâmica de serviços ao longo da cadeia de produção.

O avanço da fronteira agrícola nas áreas dos Cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão culminou com áreas virtuosas da moderna agricultura para produção de grãos e fibras e despontou como importante vetor do crescimento econômico no interior nordestino. Porém, tem sido incapaz de promover uma reestruturação produtiva com a inclusão da agricultura de pequeno porte de base familiar.

Todo esse processo de diversificação produtiva com seus encadeamentos a montante e a jusante criam oportunidades de ocupações em atividades não agrícolas e isso contribuiu para que as famílias pudessem diversificar suas fontes de renda e, assim, reduzir a situação de pobreza no Nordeste. Instauram-se, assim, uma nova lógica econômica em torno das atividades produtivas e uma nova racionalidade sobre a vida rural, com reflexos positivos para o desenvolvimento da região.

Cenário atual da agricultura nordestina

A agricultura nordestina enfrenta o paradoxo de um forte dinamismo em diversos segmentos e o declínio da sua participação no produto interno bruto (PIB) da economia regional e nacional. A região, com 28% da população nacional, detém apenas 13% do PIB. O setor que possui 46,5% da população economicamente ativa (PEA) agrícola nacional, responde por somente 14% do valor da produção (IBGE, 2012). Conforme Carvalho (2012), no período de 1969-2007, as atividades agropecuárias do Nordeste cresceram a uma taxa de apenas 0,63% ao ano e a participação dessas atividades no PIB da região é decrescente, passando, no mesmo período, de 35,8% para 7,6%. Entre 2000 e 2011, o crescimento da economia do Nordeste ampliou em 4,1 milhões o número de novos contratos formais de trabalho, entretanto, a participação da agropecuária foi pífia, respondendo, nesse último ano, por apenas 2,9% dos empregos formais.

Os espaços de dinamismo econômico contrastam com imensas áreas atrasadas onde o processo de modernização é restrito e seletivo. As diferenciações existentes na própria região Nordeste realçam os novos subespaços dinâmicos, mas ainda conservam a rigidez das velhas estruturas econômico-sociais. A pobreza continua a ser uma das marcas mais importantes da área rural do Nordeste, quando vista no contexto nacional. Conforme Araújo (1995), esse é um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente. Configuram-se, assim, grandes desigualdades e disparidades na própria região.

A diminuição relativa da população rural e o crescimento de cidades de todos os portes são outras evidências da perda de importância das atividades agropecuárias do Nordeste. A urbanização nordestina, que desde 1980 incorporou mais da metade da população regional, hoje representa 73% de seus habitantes. No entanto, apesar desse novo perfil, a população de 14,2 milhões de pessoas que vivem no campo continua significativa, representando quase metade dos 31 milhões de habitantes da área rural brasileira.

No meio rural da região, configura-se o que Buainain et al. (2013) têm denominado de “desenvolvimento bifronte”, no qual convive um lado alvissareiro de crescimento rápido da produção agropecuária ancorado em taxas elevadas de produtividade com um lado socialmente negativo, senão perverso, de seletividade social. De acordo com esses autores,

a dinâmica econômica concentra a produção cada vez mais e, de outro lado, aprofunda a diferenciação social, promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização.

Na perspectiva do desenvolvimento agrícola regional, os dados revelam uma situação preocupante. Nas áreas rurais do Nordeste, os pequenos produtores não logram gerar renda suficiente para sobreviver da agricultura. Conforme assinalam Navarro e Campos (2013), de um lado, a exacerbada concorrência comercial das outras regiões agrícolas, assim como a dos estabelecimentos de maior escala e intensificação tecnológica, gradualmente, ocupa os mercados de alimentos e dos produtos de origem agropecuária e, lentamente, vem encurralando a maioria dos estabelecimentos rurais mais pobres, cuja renda bruta atinge, no máximo, dois salários-mínimos mensais. Por outro lado, para o grande conjunto de produtores rurais pobres, a “via não agrícola” não tem representado uma verdadeira saída. De acordo com Buainain e Garcia (2013), nas regiões mais pobres, como o Nordeste, a pluriatividade, que é muito importante como complementação da renda, assume mais o papel de “válvula de escape” e de fuga do que de uma alternativa virtuosa para superar a pobreza e viabilizar os estabelecimentos agropecuários.

Atualmente são executados inúmeros programas que priorizam a equidade social por meio de políticas sociais de educação e saúde, combinadas com a massificação de programas de apoio à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Seguro Safra e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujas linhas de crédito e transferências alcançam praticamente todos os segmentos de produtores familiares, inclusive aqueles em condições econômico-financeiras menos favorecidas. Esses programas objetivam criar um tecido social mais dinâmico e, portanto, com maior possibilidade de enfrentamento às adversidades climáticas e econômicas.

A rede de seguridade social formada pela previdência e os programas de transferências diretas de renda, como o Bolsa Família, têm atuado como o principal “colchão amortecedor” de empobrecimento da população do Nordeste decorrente, principalmente, da crescente inviabilidade econômica dos estabelecimentos rurais de menor porte. O processo de reestruturação produtiva no campo, com o estabelecimento de diversos arranjos produtivos espalhados em toda a região, não tem conseguido reverter esse quadro.

Essa é uma perspectiva que se apresenta e deve ser considerada, principalmente pelas instituições de pesquisa na análise do desenvolvimento agrícola, assim como pelas autoridades competentes na criação de políticas para o desenvolvimento rural do Nordeste.

Perspectivas para agricultura do Nordeste

A atuação do homem sobre o meio e o clima são fatores importantes que devem ser considerados para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste, principalmente, levando-se em consideração a sua área semiárida, que corresponde a 63% de sua área territorial e detém 83% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias da região. Com uma realidade complexa, notadamente no que diz respeito à relativa escassez de recursos naturais, o Semiárido nordestino ainda convive com a ocorrência das secas estacionais e periódicas que determinam o sucesso (ou não) das atividades agrícolas e pecuárias e, conseqüentemente, a sobrevivência das famílias. Nesse contexto, vários cenários apresentam-se desafiadores para as instituições de pesquisa e desenvolvimento voltadas para a região.

Estudos recentes, coordenados pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, sobre as projeções dos impactos do aquecimento global no Brasil revelam que haverá elevação nas temperaturas do País no decorrer do século e redução das chuvas no Nordeste. As projeções indicam, ainda, secas mais prolongadas no Semiárido nordestino. No final do século (2070 a 2100), esse ecossistema estará significativamente mais quente (aumento de 3,5 °C a 4,5 °C), com diminuição de quase metade das chuvas (40% a 50%) e agravamento do déficit hídrico. Essas mudanças podem desencadear o processo de desertificação de grande parte do Nordeste. Até mesmo parte nordestina da Mata Atlântica terá a temperatura elevada (entre 2 °C e 3 °C) e redução dos índices pluviométricos (entre 20% e 25%) já em meados do século (AMBRIZZI, et al., 2012).

Para uma região onde a demanda hídrica geralmente excede o suprimento, em decorrência da irregularidade das chuvas aliada à ocorrência de elevadas temperaturas, a escassez de água no Nordeste poderá ser agravada caso se confirme os cenários globais das alterações climáticas. A elevação da temperatura poderá implicar no deslocamento das explorações agropecuárias para outras regiões de clima mais ameno. A redução da disponibilidade hídrica poderá restringir a expansão da irrigação na região. A produção de alimentos e a segurança alimentar da população e dos animais poderão ser comprometidas.

Tecnologias e conhecimentos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

contribuíram para a promoção do desenvolvimento agrícola e afirmação de seus segmentos mais dinâmicos na região Nordeste. O grande desafio que é colocado atualmente para pesquisa agropecuária é como contribuir para o desenvolvimento da região com toda sua heterogeneidade estrutural, considerando os cenários de adversidades que colocam em risco a produção agropecuária da região e impedem a inclusão econômica e social de grande parte da população rural do Nordeste.

Com as ações focadas para o desenvolvimento agrícola, a Embrapa sempre concentrou os esforços na produção agropecuária e nos seus aspectos tecnológicos, sem contemplar o mundo real dos grupos sociais e da sociedade. Entende-se que, para definir com melhor clareza os desafios que atualmente estão postos para a Embrapa e outras instituições de P&D voltadas para o mundo rural nordestino, é necessário, antes de tudo, entender o desenvolvimento agrário da região nos últimos 40 anos.

Os processos de modernização agrícola, industrialização e urbanização que caracterizaram o padrão de crescimento regional nas últimas décadas devem contemporizar com o conceito de desenvolvimento rural preconizado pela 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o qual está associado à ideia de criação de capacidades técnicas, humanas, políticas, culturais, entre outras, que permitam as populações rurais agirem para melhorar as suas condições de vida (BRASIL, 2013). A ampliação do acesso ao conhecimento e as informações geradas pela pesquisa podem tornar as populações menos vulneráveis às adversidades de ordem econômica, social e ambiental. Como instituição pública cabe à Embrapa realçar o papel social da pesquisa, contribuindo, efetivamente, para uma política de desenvolvimento rural regional.

Considerações finais

Historicamente, a economia do Nordeste foi assentada na agropecuária. A cana-de-açúcar, a pecuária, o algodão, o sisal, o milho, o feijão, entre outras culturas, desde o período colonial contribuíram para estruturar a economia da região e o complexo agroexportador nordestino.

O processo de integração da região à dinâmica da economia nacional e a crise que se abateu em segmentos importantes da agricultura regional promoveram uma reestruturação produtiva da região, com a instauração de uma nova lógica econômica e uma nova racionalidade sobre a vida rural.

Diversos segmentos da agropecuária com alto padrão tecnológico tomam impulso no Nordeste, onde são configuradas verdadeiras ilhas de dinamismo econômico que passaram a contrastar com grandes áreas agrícolas atrasadas. Esse processo de diferenciação contribuiu para ampliar as desigualdades e as disparidades econômicas e sociais na região, e a pobreza continua persistindo na área rural do Nordeste.

A vulnerabilidade econômica e social da região pode ser agravada ainda mais diante dos cenários globais das alterações climáticas e de concorrência econômica com outras regiões. A pesquisa agropecuária tem o desafio de contribuir para o desenvolvimento do Nordeste; para tanto, deve considerar os cenários de adversidades que colocam em risco a produção agropecuária da região e impedem a inclusão econômica e social de grande parte da população rural do Nordeste. Nesse contexto a pesquisa agropecuária deve ampliar seu escopo de ação, contribuindo não apenas para o desenvolvimento agrícola, mas, também, para o desenvolvimento rural, considerando que a área rural não é apenas um espaço de produção e de atividades econômicas, mas um espaço de vida das populações e de relações com a natureza.

Referências

AMBRIZZI, T.; ARAÚJO, M.; DIAS, P. L. S.; WAINER, I.; ARTAXO, P.; MARENGO, J.A. **Painel brasileiro de mudanças climáticas**: sumário executivo. Rio de Janeiro: PBMC, 2012. v.1, 34p.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. **Federalismo no Brasil**: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento referência para a 2. Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, DF, 2013. 70p.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 4, p.105-137, jun. 2013.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J.R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?. In: CAMPOS, S.K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível?. Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 29-70.

CARVALHO, O. As secas e seus impactos. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, Brasília, DF. **A questão da água no Nordeste**. Brasília, DF: CGEE; ANA, 2012. p. 45-99.

IBGE, Rio de Janeiro. **Conta regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_pdf.shtm> . Acesso em: 20 ago. 2013.

NAVARRO, Z. ; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: CAMPOS, S.K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível?. Brasília, DF : CGEE, 2013. p.15-29.